

**MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO****Regulamento n.º 774/2019**

Sumário: Projeto de alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António.

Maria da Conceição Cipriano Cabrita, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, torna público que, por deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 06 de agosto de 2019, e aprovado por deliberação da Assembleia Municipal em 13 de agosto de 2019, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, durante o período de 30 dias, a contar da data da publicação do presente edital, é submetido a discussão pública o Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António e respetivos anexos, durante o qual poderá ser consultado nesta Câmara Municipal, durante as horas normais de expediente, e sobre ele serem formuladas, por escrito, as observações tidas por conveniente, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

21 de agosto de 2019. — A Presidente da Câmara, *Maria da Conceição Cipriano Cabrita*.

Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António

Preâmbulo

Nota Justificativa

O Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António (RMUE), publicado na 2.ª série do *Diário da República* através do Regulamento n.º 388/2014, de 1 de setembro de 2014, encontra-se em vigor, regulamentando toda a legislação conexas com o licenciamento urbanístico.

Não se tendo verificado até à presente alteração modificações substanciais nos regimes dos licenciamentos urbanísticos e conexos, o corpo principal do RMUE não sofrerá alterações significativas. A presente alteração tem como principal objeto a alteração dos anexos ao presente regulamento, consubstanciando-se numa atualização das taxas urbanísticas em vigor no Município.

A Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, e consagra no artigo 4.º, 20.º e 21.º as regras e princípios que devem nortear a criação de taxas e outras receitas das Autarquias Locais.

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o «Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais», visa, expressamente, regular as relações jurídico-tributárias, geradoras da obrigação de pagamento das taxas locais.

Estes diplomas legais representam, pois, um instrumento de democratização local visando garantir a autonomia das finanças locais na definição de prioridades das políticas públicas locais.

De entre as novas regras e princípios a que as autarquias locais se passam a subordinar, salienta-se a exigência de os regulamentos a emitir conterem, na criação das taxas ou na alteração do seu valor, não apenas a fundamentação de Direito, mas também, a justificação económico-financeira dos quantitativos a liquidar e a cobrar, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros e as amortizações e os investimentos realizados ou a realizar.

Esta justificação económico-financeira permite verificar o respeito pelo princípio da equivalência jurídica, que é, expressamente, consagrado no regime geral das taxas das autarquias locais, segundo o qual o valor das taxas das autarquias locais é fixado «de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular».

Estas exigências, da proporcionalidade e da justificação económica e financeira dos quantitativos a cobrar, são, aliás, reconhecidas como determinantes para um controlo mais rigoroso da natureza do tributo como verdadeira taxa e constitui, também, o instrumento que impedirá a definição de valores discricionários ou mesmo arbitrários.

O Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António, na parte da cobrança de taxas municipais, resulta da aplicação da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o «Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais», da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que consagra as taxas devidas pelo licenciamento de loteamentos e de realização de infraestruturas urbanísticas, pela aprovação de projetos e licenciamento de obras de construção, ampliação ou alteração de edifícios, de um modo geral, pelo licenciamento municipal de todas as ações de uso do solo a ele sujeitas, no território do Município de Vila Real de Santo António e ainda das taxas devidas pela prática de outros atos administrativos, considerando o disposto nos diplomas legais que regulam os respetivos procedimentos, conexos com o presente regulamento.

O presente Regulamento faz uma clara ponderação entre os interesses coletivos e as políticas e orientações traçadas para a área geográfica do Município de Vila Real de Santo António procurando, nomeadamente, privilegiar atividades económicas de relevo e salvaguarda do meio ambiente, das zonas verdes e dos espaços públicos, procurando uma conveniente adequação dos valores devidos pelos particulares e uma equilibrada repartição da cobertura dos custos orçamentais com os serviços prestados, como resulta do regime legal em vigor.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, que aprova a LGT, na sua atual redação, passou a impor-se, especificamente no ordenamento jurídico tributário, a participação dos contribuintes na formação das decisões que lhes digam respeito, nos procedimentos que correm no âmbito da administração tributária.

As normas regulamentares de liquidação, cobrança e pagamento, devidas pela contraprestação de serviços municipais, são aprovadas nos termos estabelecidos pelo disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos das alíneas e) e k), do n.º 1, do artigo 33.º, e das alíneas b) e c), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, na sua atual redação, no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, na sua atual redação, e no Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, com as alterações que posteriormente lhe foram introduzidas. O presente regulamento é ainda alterado ao abrigo das disposições constantes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, assim como, ao abrigo do artigo 67.º do próprio Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António.

O presente projeto de regulamento, redigido de acordo com as definições do novo acordo ortográfico, deverá nos termos do quadro legal aplicável, ser submetido a um período de consulta pública, pelo prazo de 30 dias, antes da sua aprovação definitiva pelos órgãos municipais competentes nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 99.º, 100.º n.º 3 alínea c) e 101.º do Código de Procedimento Administrativo e do artigo 3.º, n.º 3 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Assim:

Artigo 1.º

Âmbito

1 — A presente alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António tem por objeto a alteração aos artigos 49.º e 52.º e aos Anexos I, I-A, I-B, II, III, IV, V, assim como, são aditados os anexos VI e VII.

2 — Os anexos alvo de alteração são republicados no presente diploma.

Artigo 2.º

Alteração do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António

1 — É alterado o Anexo I do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António, passando a ter a redação constante do Anexo I da presente alteração.

2 — É alterado o Anexo I-A do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António, passando a ter a redação constante do Anexo I-A da presente alteração.

3 — É alterado o Anexo I-B do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António, passando a ter a redação constante do Anexo I-B da presente alteração.

4 — É alterado o Anexo II do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António, passando a ter a redação constante do Anexo II da presente alteração.

5 — É alterado o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António, passando a ter a redação constante do Anexo III da presente alteração.

6 — É alterado o Anexo IV do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António, passando a ter a redação constante do Anexo IV da presente alteração.

7 — É alterado o Anexo V do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António, passando a ter a redação constante do Anexo V da presente alteração.

8 — É aditado o Anexo VI e o Anexo VII, passando a ter a redação constante dos Anexos VI e VII da presente alteração.

9 — É alterado o artigo 49.º do RMUE, mediante aditamento de um n.º 11 e de um n.º 12 com a seguinte redação:

«Artigo 49.º

[...]

11 — É devida taxa pelo pedido de verificação do estado de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, prevista no anexo I ao presente regulamento.

12 — É devida taxa pela autorização para instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações e acessórios, prevista no anexo I do presente regulamento.»

10 — O artigo 52.º n.º 1 alínea a) do RMUE é alterado da seguinte forma, por alteração do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro:

Onde se lê:

«a) Os montantes constantes no anexo III — “Tabela A” do presente regulamento, conforme disposto no n.º 6 do artigo 13.º e no n.º 3 do artigo 14.º do referido diploma, relativamente à definição dos montantes de seguro de responsabilidade civil a apresentar pelos projetistas, empreiteiros, responsáveis pela execução dos projetos e titulares da licença de exploração;»

Passa a ler-se:

«a) Os montantes constantes no anexo III — «Tabela A» do presente regulamento, conforme disposto no n.º 3 do artigo 14.º do referido diploma, relativamente à definição dos montantes de seguro de responsabilidade civil a apresentar pelos projetistas, empreiteiros, responsáveis pela execução dos projetos e titulares da licença de exploração;».

11 — É alterado o Anexo I — Tabela de taxas urbanísticas, mediante o aditamento dos capítulos III, IV, V e VI, com a seguinte denominação:

«CAPÍTULO III

Verificação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas»

(valores das taxas incluídos no Anexo I)



«CAPÍTULO IV

Licenciamento de instalações de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis»

(valores das taxas incluídos no Anexo I)

«CAPÍTULO V

Sistema Indústria Responsável»

(valores das taxas incluídos no Anexo I)

«CAPÍTULO VI

Autorização para instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações e acessórios»

(valores das taxas incluídos no Anexo I)

Artigo 3.º

Publicidade

A presente alteração ao regulamento, incluindo os anexos que a integram, será objeto de publicação na 2.ª série do *Diário da República*, no Boletim Municipal, quando exista, e na página eletrónica do município.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

A presente alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2020.



ANEXO I

Tabela de taxas urbanísticas

Ponto	Al	Designação	Custos			Variáveis		Ocup. domínio público	Taxa urbanística
			Diretos	Pessoal	Indiretos	Incentivo	Desincentivo		
1	.º	RMUE							
		TÍTULO I							
		Taxas urbanísticas							
		CAPÍTULO I							
		Taxas pela apreciação de pedidos							
		Taxa devida pela apreciação de pedidos:							
		1.1 — Operações de loteamento com discussão pública	292,58	127,92	329,51				750,00
		1.2 — Operações de loteamento sem discussão pública	249,50	109,93	240,57				600,00
		1.3 — Obras de edificação e de alteração							
		1.3.1 — Obras de edificação	40,06	17,55	117,39				175,00
		1.3.2 — Obras de alteração/Instalação (BdE)	40,06	17,55	117,39				175,00
		1.3.3 — Projeto de alteração/Telas finais	40,06	17,55	117,39				175,00
		1.3.4 — Obras de construção, reconstrução ou modificação de muros de suporte ou de vedação	40,06	17,55	117,39				175,00
		1.4 — Obras de demolição	81,63	35,42	352,95				470,00
		1.5 — Obras de urbanização	100,82	43,67	715,51				860,00
		1.6 — Operações de destaque	36,86	16,17	197,96				251,00
		1.7 — Trabalhos de remodelação dos terrenos:							
		1.7.1 — Área até 5.000 m ²	78,62	33,56	357,82				470,00
		1.7.2 — Área entre 5.000 m ² e 50.000 m ²	116,99	50,06	702,95				870,00
		1.7.3 — Área superior a 50.000 m ²	142,57	61,06	936,37				1.140,00
		1.8 — Constituição e alteração de propriedade horizontal	74,67	32,11	148,23				255,00
		1.9 — Utilização de edifícios ou das suas frações							
		1.9.1 — Utilização de edifícios ou das suas frações	69,78	29,52	122,70				222,00
		1.9.2 — Utilização de edifícios ou das suas frações (BdE)	69,78	29,52	55,70				155,00
		1.10 — Alterações à utilização de edifícios ou das suas frações							
		1.10.1 — Alteração à utilização de edifícios ou das suas frações	69,78	29,52	160,70				260,00
		1.10.2 — Alteração à utilização de edifícios ou das suas frações (BdE)	56,99	24,02	158,99				240,00
		1.11 — Autorização de localização	50,59	21,27	188,14				260,00
		1.12 — Prorrogações de prazo	50,59	21,27	58,14				130,00
		1.13 — Prestação de caução	50,59	21,27	103,14				175,00



Ponto	Al	Designação	Custos			Variáveis		Ocup. domínio público	Taxa urbanística
			Diretos	Pessoal	Indiretos	Incentivo	Desincentivo		
		1.14 — Receção provisória ou definitiva de obras de urbanização	114,55	48,76	696,69				860,00
		1.15 — Classificação de empreendimentos turísticos	50,59	21,27	103,14				175,00
		1.16 — Pedidos para licença especial de ruído para obras de construção civil	50,59	21,27	103,14				175,00
		1.17 — Registo do alojamento local.							
		1.17.1 — Mera Comunicação prévia para Registo do Alojamento Local	26,52	11,46	22,03				60,00
		1.17.2 — Mera Comunicação prévia para Registo do Alojamento Local (BDE)	20,12	8,71	11,17				40,00
		1.17.3 — Realização de vistoria.	45,70	19,70	110,59				176,00
		<i>Nota.</i> — Em situações que se verifique a deslocação dos técnicos para a vistoria e a mesma não se realize por motivos imputáveis ao requerente, a remarcação de vistoria implicará o pagamento de 50 % do valor da taxa de vistoria.							
		1.17.4 — Fornecimento de Placa identificativa	31,41	13,02	35,57				80,00
		1.18 — Instalação de estabelecimentos de comércio, serviços e restauração:							
		1.18.1 — Mera comunicação prévia (MCP)	26,52	11,46	22,03				60,00
		1.19 — Alteração significativa e alteração de titularidade a estabelecimentos de comércio, serviços e restauração :							
		1.19.1 — Mera comunicação prévia (MCP)	37,80	15,77	121,43				175,00
		<i>Nota.</i> — Comunicação de encerramento encontra-se isenta de taxa (artigo 11.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro).							
		1.20 — Averbamentos no âmbito do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação:							
		1.20.1 — Averbamentos	44,20	18,52	27,28				90,00
		1.20.2 — Averbamentos (BdE)	37,80	15,77	16,43				70,00
		1.21 — Vistorias:							
		1.21.1 — Vistoria para efeitos de receção provisória de obras de urbanização	108,15	46,01	65,84				220,00
		1.21.2 — Vistoria para efeitos de receção definitiva de obras de urbanização	108,15	46,01	65,84				220,00
		1.21.3 — Vistoria para efeitos de emissão de alvará de autorização de utilização	69,78	29,52	75,70				175,00
		1.21.4 — Vistoria para efeitos de verificação das condições de conservação, segurança e salubridade	69,78	29,52	75,70				175,00
		1.21.5 — Vistoria solicitada por entidade externa	69,78	29,52	75,70				175,00
		<i>Nota.</i> — A taxa prevista na verba 1.21.6 a imputar ao requerente.							
		1.21.6 — Pedido e realização de vistoria para reforço, redução ou cancelamento de caução de obras de urbanização	69,78	29,52	76,70				176,00
		1.21.7 — Outras vistorias não contempladas.	60,19	25,39	89,42				175,00
		1.22 — Depósito da ficha técnica de habitação	50,59	21,27	78,14				150,00
		1.23 — Informações escritas em matéria de urbanização e edificação:							
		1.23.1 — Informações prévias	50,59	21,27	128,14				200,00
		1.23.2 — Direito à informação escrita	50,59	21,27	104,14				176,00
		1.24 — Avaliação de obras inacabadas.	50,59	21,27	103,64				175,50
		1.25 — Operações e outros pedidos não previstos nos números anteriores	50,59	21,27	128,14				200,00
		1.26 — Parte variável a acrescer à taxas prevista em 1.1. e 1.2.:							
		1.26.1 — Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a habitação, comércio, serviços, armazenagem e turismo	3,20	1,37	6,93				11,50



Ponto	Al	Designação	Custos			Variáveis		Ocup. domínio público	Taxa urbanística
			Diretos	Pessoal	Indiretos	Incentivo	Desincentivo		
2	.º	1.26.2 — Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a outro uso que não habitação (tais como: anexos contíguos ou não ao edifício principal, garagens, caves, arrumos e/ou arrecadações, áreas técnicas, piscinas e sótãos)	3,20	1,37	12,43				17,00
		1.27 — Parte variável a acrescer às taxas previstas de 1.3. e 1.4.:							
		1.27.1 — Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a habitação, comércio, serviços, armazenagem e turismo	3,20	1,37	6,93				11,50
		1.27.2 — Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a outro uso que não habitação (tais como: anexos contíguos ou não ao edifício principal, garagens, caves, arrumos e/ou arrecadações, áreas técnicas, piscinas e sótãos)	3,20	1,37	17,93				22,50
		1.27.3 — Por área bruta a demolir	3,20	1,37	4,43				9,00
		1.27.4 — Por metro linear ou fração, de construção, reconstrução ou modificação de muros de suporte ou de vedação	3,20	1,37	4,43				9,00
		1.28 — Pedido de ocupação de via pública	69,78	29,52	62,70				162,00
		1.29 — Taxa para Levantamentos Topográficos no âmbito dos alinhamentos	60,94	25,47	79,59				166,00
		Nota. — As taxas devidas pela apreciação dos pedidos, quando expressamente requeridas com urgência e disponibilizadas ao interessado no prazo máximo de dois dias, contados da data do pedido, são elevadas ao triplo.							
		CAPÍTULO II							
		Taxas pelo deferimento de pedidos							
		Taxa devida pelo deferimento:							
		2.1 — Emissão de licenças e certidões em matéria de urbanização e edificação:							
		2.1.1 — Alvarás	43,26	18,92	36,82				99,00
		2.1.2 — Admissão de Comunicação Prévia	43,26	18,92	36,82				99,00
		2.1.3 — Licenças	43,26	18,92	36,82				99,00
		2.1.4 — Emissão ou alteração da autorização de utilização	43,26	18,92	36,82				99,00
		2.1.5 — Emissão da autorização de utilização com doação para domínio público	43,26	18,92	36,82				99,00
		2.1.6 — Emissão de Autos	43,26	18,92	36,82				99,00
		2.1.7 — Emissão de Certidões em matéria de urbanização e edificação	—	6,34	8,16				14,50
		2.1.8 — Licença especial de ruído para obras de construção civil	36,86	16,17	45,96				99,00
		2.1.9 — Emissão de outros documentos em matéria de urbanização e edificação	43,26	18,92	32,82				95,00
		Nota. — As taxas devidas com o deferimento dos pedidos relacionados com a emissão ou autenticação de quaisquer documentos, nomeadamente emissão de autos, alvarás, recibos de admissão de comunicação prévia, emissão de licença especial de ruído, certidões e outros títulos em matéria de urbanização e edificação, quando expressamente requeridas com urgência e disponibilizadas ao interessado no prazo máximo de dois dias contados da data do pedido são elevadas ao triplo.							



Ponto	Al	Designação	Custos			Variáveis		Ocup. domínio público	Taxa urbanística
			Diretos	Pessoal	Indiretos	Incentivo	Desincentivo		
		2.2 — Parte variável a acrescentar à taxa prevista no 2.1:							
		2.2.1 — Por dia, em função do prazo fixado para a execução das obras de edificação, previstas em 2.1.1, 2.1.2 e em 2.1.3	1,28	0,55	0,82				2,65
		2.2.2 — Acresce em documentos compostos por mais do que uma página na certidão prevista em 2.1.7	0,49	0,23	0,23				0,95
		2.2.3 — Acresce por dia, por emissão de licença prevista em 2.1.8	5,64	2,51	11,85				20,00
		2.3 — Horário de funcionamento de estabelecimentos e serviços							
		2.3.1 — Pela apreciação do pedido de alargamento do horário de funcionamento, para além dos limites fixados no regulamento municipal	11,28	5,18	28,54		D 02		54,00
		2.3.2 — Pela autorização do alargamento do horário de funcionamento, para além dos limites fixados no regulamento municipal	11,28	5,18	28,54		D 02		54,00
		2.4 — Fornecimento de fotocópias de processos urbanísticos, de cartografia ou de plantas topográficas							
		2.4.1 — Peças desenhadas dos processos, cada folha:							
		a) Formato A4	0,38	1,25	1,20				2,83
		b) Formato A3	0,38	1,25	4,00				5,63
		c) Formato A2 ou superior	0,38	1,25	9,47				11,10
		2.4.2 — Plantas de localização :							
		a) Formato A4, por cada	0,38	1,25	6,87				8,50
		b) Formato A3	0,38	1,25	14,87				16,50
		2.4.3 — Autenticação, cada folha:							
		a) Formato A4	0,38	1,25	6,87				8,50
		b) Formato A3 ou superior	0,38	1,25	14,63				16,86
		2.4.4 — Cartas de PDM (ordenamento, condicionantes), incluindo cartas da RAN e REN, cada folha:							
		a) Formato A3	0,38	1,25	14,37				16,00
		b) Formato A2 ou superior	0,38	1,25	20,37				22,00
		2.4.5 — Regulamentos de planos especiais, de planos de pormenor, de planos de urbanização, de alvarás de loteamento e PDM, formato A4 por cada folha	0,38	1,25	6,77				8,40
		2.4.6 — Planta referente a planos especiais, planos de pormenor, planos de urbanização e alvarás de loteamento:							
		a) Formato A4	0,38	1,25	1,20				2,83
		b) Formato A3	0,38	1,25	4,00				5,63
		c) Formato A2 ou superior	0,38	1,25	9,47				11,10



Ponto	Al	Designação	Custos			Variáveis		Ocup. domínio público	Taxa urbanística
			Diretos	Pessoal	Indiretos	Incentivo	Desincentivo		
3	.º	2.4.7 — Fornecimento de cartografia Digital:							
		2.4.7.1 — Em CD:							
		a) Menos 500 Kb.	0,75	1,94	7,31				10,00
		b) De 500 Kb a 2000 Kb	0,75	1,94	17,31				20,00
		c) Mais de 2000 Kb.	0,75	1,94	27,31				30,00
		2.4.7.2 — Noutro Dispositivo:							
		a) Menos 500 Kb.	0,75	1,94	2,31				5,00
		b) De 500 Kb a 2000 Kb	0,75	1,94	12,31				15,00
		c) Mais de 2000 Kb.	0,75	1,94	22,31				25,00
		2.5 — Ocupação da via pública em virtude da execução de obras:							
		2.5.1 — Emissão de licenças para ocupação da via pública:							
		2.5.1.1 — Com tapumes ou outros resguardos:							
		a) Tapumes e outros resguardos por área ocupada — por m²/mês ou fração	5,28	10,75	8,43	I 17		0,55	3,0
		2.5.1.2 — Com andaimes fora dos tapumes, por m² ou fração e espaço público ocupado, por período de mês ou fração.	5,28	10,75	8,57	I 04		0,55	19,00
		2.5.1.3 — Com contentores de recolha de entulhos, por contentor e por m² ou fração, por período de um mês ou fração	5,28	10,75	8,57	I 04		0,55	19,00
		2.5.1.4 — Gruas, amassadouros, depósitos de entulhos, materiais ou outras ocupações autorizadas para obras, por cada um, por m² ou fração, por período de um mês ou fração	5,28	10,75	8,57	I 04		0,55	19,00
		2.5.1.5 — Guindastes e semelhantes, por m² ou fração, por período de um mês ou fração.	5,28	10,75	8,57	I 04		0,55	19,00
		2.5.1.6 — Outras ocupações, por m² ou fração, por período de um mês ou fração	5,28	10,75	8,57	I 04		0,55	19,00
		2.6 — Desafetação de domínio público							
		2.6.1 — Taxa de desafetação de domínio público para alinhamentos	84,60	24,48	19,92				129,00
		2.7 — Realização de infraestruturas urbanísticas	—	—	—				Anexo I-A
		2.8 — Compensações Urbanísticas	—	—	—				Anexo I-B
CAPÍTULO III									
Verificação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas									
3.1 — Determinação do nível de conservação de prédio urbano ou fração autónoma — 1 UC (unidade de conta).									



Ponto	Al	Designação	Custos			Variáveis		Ocup. domínio público	Taxa urbanística
			Diretos	Pessoal	Indiretos	Incentivo	Desincentivo		
4	.º	3.2 — Definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior — 50 % de 1 UC. 3.3 — Submissão de litígio a decisão da comissão arbitral municipal — 50 % de 1 UC por cada parte litigiosa. 3.4 — As taxas previstas nos n.º 1 e 2 do presente artigo são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira. (UC) prevista no n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, e atualizado anualmente pela Lei do Orçamento de Estado.							
		<p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV</p> <p style="text-align: center;">Licenciamento de instalações de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis</p> <p>4.1 — Taxas para o Licenciamento de Armazenamento de Combustíveis: 4.2 — Taxa de apreciação de pedidos de autorização para execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição de gás, objeto do Decreto-Lei n.º 125/97 de 23/05, quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m³. 4.3 — Pela emissão do alvará de autorização de utilização. 4.4 — Pela emissão de licença de exploração provisória.</p>							Tabela B Anexo III
5	.º	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO V</p> <p style="text-align: center;">Sistema Industria Responsável</p> <p>Sistema da indústria responsável — taxas e despesas de controlo: As taxas devidas por procedimentos diversos enquadrados no Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, são apuradas com base num fator de dimensão (relacionado com a dimensão do estabelecimento industrial a instalar) e num fator de serviço (que representa os custos técnicos, administrativos e de decisão), sobre uma taxa base, de acordo com a fórmula de cálculo definida na portaria 280/2015 de 15 de setembro:</p> $T_{sir} = T_b \times F_s \times F_d$ <p>em que:</p> <p>T_{sir} = Taxa base (Tb) — conforme artigo 2.º, n.º 5 da Portaria n.º 280/2015, de 15 de setembro (a taxa base é atualizada a 1 de março de cada ano);</p>							



Ponto	Al	Designação	Custos			Variáveis		Ocup. domínio público	Taxa urbanística
			Diretos	Pessoal	Indiretos	Incentivo	Desincentivo		
		<i>F_s</i> = Fator de serviço; <i>F_d</i> = Fator de dimensão. Nota explicativa: Para efeitos de determinação do fator de dimensão (<i>F_d</i>), o estabelecimento industrial insere-se no escalão mais elevado a que corresponder o enquadramento de, pelo menos um, dos parâmetros dimensionais.							
	1.	Instalação, alterações e renovações — estabelecimento industriais Tipo 3 (no âmbito n.º 279/2015 de 14 de setembro): a) Mera comunicação prévia de instalação. b) Mera comunicação prévia de alterações (incluindo pedidos de exclusão). c) Pedido de renovação (sem alterações).							
	2.	Vistorias: a) Vistorias de controlo para verificação do cumprimento das medidas impostas nas decisões proferidas sobre as reclamações e os recursos hierárquicos. b) Vistorias de conformidade ao industrial. c) Cessação das medidas cautelares. d) Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos. e) Vistorias para verificação do cumprimento das medidas impostas aquando da desativação definitiva do estabelecimento industrial.							
	3.	Às taxas elencadas nas várias alíneas do n.º 1 e n.º 2 do presente artigo 5.º, deve acrescer o valor aqui previsto, sempre que o acesso do requerente ao «Balcão do Empreendedor» seja mediado.	4,52	9,38	16,10				30,00
		CAPÍTULO VI							
6	.º	Autorização para instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações e acessórios							
		6.1 — Apreciação de pedido de autorização	33,16	64,48	64,36				162,00
		6.2 — Apreciação de pedido de alteração de autorização de instalação, por cada	33,16	64,48	64,36				162,00
		6.3 — Instrução do procedimento com elementos em falta, por cada junção de elementos	3,01	9,49	7,50				20,00
		6.4 — Emissão de alvará de autorização de instalação	18,09	36,98	39,93				95,00
		6.5 — Pedido de renovação de autorização de instalação	21,10	42,48	36,41				100,00
		6.6 — Pedido de averbamento	9,04	20,49	20,47				50,00

Pressupostos

[illegible]

Cálculo TRIU:

M² a licenciar — 200,00 — 190,00 — 10,00;

TRIU — 2.212,07.

QUADRO I

	Habitação	Comércio serviços	Turismo	Indústria e ou armazéns	Anexos contíguos ou não ao edifício principal, garagens, caves arrumos/arrecadações, áreas técnicas, piscinas e sótãos			
					Habitação	Comércio serviços	Turismo	Indústria e ou armazéns
Área Consolidada	x				x			
Área a integrar								
Área Expansão								
Restantes áreas								

QUADRO II

	Habitação	Comércio serviços	Turismo	Indústria e ou armazéns	Anexos contíguos ou não ao edifício principal, garagens, caves arrumos/arrecadações, áreas técnicas, piscinas e sótãos			
					Habitação	Comércio serviços	Turismo	Indústria e ou armazéns
Moradia	x				x			
Edificações com + de 2 pisos								
Edificações com + 4 pisos								

ANEXO I-A

Taxa de realização de infraestruturas urbanísticas

A taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, corresponde à contrapartida pelo investimento municipal na realização e manutenção das infraestruturas gerais e equipamentos, e é fixada em função do montante previsto no programa plurianual de investimentos municipais, tendo ainda em conta a utilização e a tipologia das edificações, sua localização em áreas geográficas diferenciadas, em função da área a construir, de acordo com a fórmula seguinte:

$$TRIU = M1 \times K1 \times K2 \times K3$$

a) *TRIU* — Valor da taxa devida ao Município (em euros) pelo investimento municipal na realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas;

b) *M1* — Área de construção nova ou objeto de ampliação (em metros quadrados);

c) *K1* — Valor da *TRIU* por metro quadrado, calculado com base no programa plurianual de investimentos municipais, de acordo com a seguinte fórmula:

$$K1 = (\beta1/\beta2) \times \beta3$$

c.1) $\beta1$ — Corresponde ao valor da amortização anual do investimento municipal na realização, reforço e manutenção de infraestruturas; o cálculo deste valor baseou-se no PPI realizado no ano mais coerente com a realidade das Câmaras Municipais envolvidas neste estudo e num prazo médio de vida útil dos investimentos municipais realizados nesse ano (PPI/anos vida útil);

c.2) $\beta2$ — Área total de construção nova ou ampliação (em metros quadrados) realizado no ano mais coerente com a realidade das Câmaras Municipais em estudo, tendo em conta uma taxa de crescimento prevista do mesmo, para os anos subsequentes ($M2 \times (1 + \text{taxa crescimento})$);

c.3) β_3 — Corresponde a seguinte ponderação:

$$PPI/(PPI + IMI + IMT)$$

d) K_2 — Coeficiente correspondente às áreas geográficas distintas do Município, assumindo os valores constantes no Quadro I do Mapa VIII da fundamentação económica;

e) K_3 — Coeficiente que permite diferenciar os vários tipos de edificação segundo critérios previamente estabelecidos, assumindo os valores constantes no Quadro III do Mapa VIII da fundamentação económica.

ANEXO I-B

Compensações

O valor, em numerário, da compensação a pagar ao município será determinado de modo distinto consoante as áreas não cedidas se destinem a espaços verdes ou a equipamento de utilização coletiva, de acordo com as fórmulas seguintes:

$$C = X \times Y \times K_1$$

$$B = X \times Y \times K_2]$$

em que:

C — Corresponde ao valor do montante total da compensação devida ao município pela ausência de cedências para espaços verdes e de utilização coletiva;

B — Corresponde ao valor do montante total da compensação devida ao município pela ausência de cedências para equipamento de utilização coletiva;

X — Corresponde a 25 % do valor do montante fixado anualmente em janeiro, pela portaria a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de abril;

Y — Corresponde ao valor, em metros quadrados, da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas para espaços verdes e de utilização coletiva ou de equipamentos de utilização coletiva, de acordo com o disposto no respetivo plano municipal de ordenamento do território ou na portaria subsidiariamente aplicável;

K_1 — Corresponde ao fator variável em função da localização, consoante a zona em que se insere de acordo com o definido no Regulamento do Plano Diretor Municipal, da compensação devida ao município pela ausência de cedências para espaços verdes e de utilização coletiva;

K_2 — Corresponde ao fator variável em função da localização, consoante a zona em que se insere de acordo com o definido no Regulamento do Plano Diretor Municipal, da compensação devida ao município pela ausência de cedências para equipamento de utilização coletiva;

Os fatores variáveis K_1 e K_2 , assumem os seguintes valores:

	K_1	K_2
i) Zona de habitação consolidada.	0,7	1,4
ii) Zona de habitação a integrar H1	0,05	0,1
iii) Zona de habitação expansão H1.	0,05	0,1
iv) Zona de habitação a integrar H2.	0,65	1,3
v) Zona de habitação de expansão H2.	0,65	1,3
vi) Zona de habitação a integrar H3.	0,7	1,4
vii) Zona de habitação de expansão H3.	0,7	1,4
viii) Zona turística de expansão	0,65	1,3
ix) Núcleos de Desenvolvimento Turístico	0,65	1,3
x) Restantes áreas do PDM	0,65	1,3

Nota. — Permanecem inalteráveis os valores referentes ao K_1 e K_2 relativamente à zona «X. restantes áreas do PDM» que não diferencia zonas de serra, áreas agrícolas e propostas incluídas no Plano de urbanização das Sesmarias (p.e.). Consideramos que deveriam existir índices diferenciáveis para estes zonamentos.



ANEXO II

Declaração sobre compromisso de honra

_____ (a), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, que o pedido relativo a _____ (b), apresenta as características discriminadas na ficha de liquidação de taxas anexa.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a prática da contraordenação prevista e punida na alínea b) do n.º 1 do artigo 65.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Taxas pela apreciação de pedidos

(assinale com uma cruz a operação urbanística que requer a apreciação)

Assinale com uma cruz as licenças, autorizações e outros atos pretendidos:	Valor	
A. Benefício de isenção total ou parcial no montante de _____ %		<input type="checkbox"/>
B. Solicitou isenção de invocou urgência ou manifesta necessidade.		<input type="checkbox"/>
1. Apreciação de pedidos	Valor	
1.1. Operações de loteamento c/discussão pública		<input type="checkbox"/>
1.2. Operações de loteamento s/discussão pública		<input type="checkbox"/>
1.3. Obras de edificação e alteração (inclui a construção de muros)		<input type="checkbox"/>
1.4. Obras de demolição		<input type="checkbox"/>
1.5. Obras de urbanização		<input type="checkbox"/>
1.6. Operações de destaque		<input type="checkbox"/>
1.7. Trabalhos de remodelação dos terrenos		<input type="checkbox"/>
1.8. Constituição de propriedade horizontal		<input type="checkbox"/>
1.9. Utilização de edifícios ou das suas frações		<input type="checkbox"/>
1.10. Alterações à utilização de edifícios ou das suas frações		<input type="checkbox"/>
1.11. Autorização de localização		<input type="checkbox"/>
1.12. Prorrogações de prazo		<input type="checkbox"/>
1.13. Prestação de caução		<input type="checkbox"/>
1.14. Receção provisória e definitiva de obras de urbanização		<input type="checkbox"/>
1.15. a 1.25. Operações e outros pedidos não previstos nos números anteriores		<input type="checkbox"/>
1.26. Parte variável a acrescer às taxas previstas em 1.1. e 1.2.		
1.26.1. Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a habitação, comércio, serviços, armazenagem e turismo		_____ m ²
1.26.2. Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a outro uso que não habitação (tais como: anexos contíguos ou não ao edifício principal, garagens, caves, arrumos e/ou arrecadações, áreas técnicas, piscinas e sótãos)		_____ m ²
1.27. Parte variável a acrescer às taxas previstas em 1.3. e 1.4		
1.27.1. Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a habitação, comércio, serviços, armazenagem e turismo - aplicável em 1.3		_____ m ²
1.27.2. Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a outro uso que não habitação (tais como: anexos contíguos ou não ao edifício principal, garagens, caves, arrumos e/ou arrecadações, áreas técnicas, piscinas e sótãos) - aplicável em 1.3		_____ m ²
1.27.3. Por área bruta a demolir - aplicável em 1.4		_____ m ²
1.27.4. Por metro linear ou fração, de construção, reconstrução ou modificação de muros de suporte ou de vedação		_____ metro linear
1.28. Pedido de ocupação de via pública		<input type="checkbox"/>
1.29. Taxa para Levantamento Topográfico no âmbito dos alinhamentos		<input type="checkbox"/>
Valor total da Ficha de liquidação		

_____, ____ de _____ de 20 ____ (c) _____ (d)

Instruções de preenchimento:

- (a) Indicação do nome ou denominação e morada ou sede do requerente
- (b) Indicação sumária da pretensão
- (c) Assinatura conforme documento de identificação
- (d) Local e data



ANEXO III

Taxa pelo licenciamento de instalações de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis

TABELA A

Montantes dos seguros de responsabilidade civil a que se refere a alínea a) do artigo 52.º, conjugado com o Despacho n.º 9288/2015, de 17 de agosto da Direção-Geral de Energia

Titular da apólice	Valor do seguro de responsabilidade civil
Projetista	295 400 €
Empreiteiro	1 595 300 €
Responsáveis pela execução dos projetos	295 400 €
Responsáveis pela exploração das instalações	295 400 €
Titular de Licença de Exploração	1 595 300 €

TABELA B

[a que se refere a alínea b) do artigo 52.º]

Taxas para o Licenciamento de Armazenamento de Combustíveis

Capacidade total dos reservatórios (m³)	> 100	> 50 <100	> 20 <50	> 10 <20	> 5 < 10	< 5
Apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de construção e alteração	10 TB + 0,5*TB*a (p/cada m³ acima dos 100 m³)	5 TB	4 TB	3,5 TB	3 TB	2,5 TB
	1 002,80 €	316,50 €	253,20 €	221,55 €	189,90 €	158,25 €
Vistorias relativas ao processo de licenciamento	5 B	3 TB	2,5 TB	2 TB	1,5 TB	1 TB
	316,50 €	189,90 €	158,25 €	126,60 €	94,95 €	63,30 €
Vistorias a realizar para apreciação de recursos hierárquicos	4 TB	4 TB	3,5 TB	3 TB	2,5 TB	2 TB
	253,20 €	253,20 €	221,55 €	189,90 €	158,25 €	126,60 €
Vistorias para a realização do cumprimento das medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações	10 TB	6 TB	5 TB	4 TB	3 TB	2 TB
	633,00 €	379,80 €	316,50 €	253,20 €	189,90 €	126,60 €
Vistorias periódicas	5 TB	4 TB	3 TN	3 TB	2 TB	2 TB
	316,50 €	253,20 €	189,90 €	189,90 €	126,60 €	126,60 €
Vistorias para verificação de condições impostas	10 TB 633,00 €	5 TB 316,50 €	5 TB 316,50 €	4 TB 253,20 €	3 TB 189,90 €	2 TB 126,60 €
Averbamentos	1 TB	1 TB	1 TB	1 TB	1 TB	1 TB
	63,30 €	63,30 €	63,30 €	63,30 €	63,30 €	63,30 €

ANEXO IV

**Especificações e características dos elementos instrutórios dos processos/
requerimentos a entregar em formato digital**

Todos os elementos de um processo/requerimento deverão ser entregues em formato digital e autenticados através da assinatura digital qualificada, nomeadamente do cartão do cidadão.

A cada elemento obrigatório na instrução de um processo/requerimento deverá corresponder um ficheiro.

A substituição de elementos deverá consistir na entrega de um novo ficheiro referente ao elemento a substituir, contendo a totalidade de folhas desse elemento.

Cada folha de um ficheiro não deve ocupar mais do que 500 KB em média e o ficheiro não deve ter uma dimensão superior a 30 MB.

Os ficheiros deverão ser apresentados em suporte digital CD/DVD ou PenDrive e todos os elementos de uma mesma entrega devem estar gravados numa única diretoria para simplificar o processo de leitura.

As peças escritas deverão ser entregues em formato PDF/A, por ser este o formato que garante o arquivo de longa duração de documentos eletrónicos.

As peças desenhadas deverão ser entregues em formato DWFx, que suporta a assinatura digital.

A primeira folha de qualquer ficheiro DWFx deverá ser uma folha de índice, identificando todas as páginas que compõem o ficheiro. Este índice pode ser criado em qualquer programa de texto e «impresso» para DWF usando o driver gratuito DWF Writer.

A última folha dos ficheiros DWFx, deverá conter uma lista de *standards*, nomeadamente a listagem de todos os nomes de layers com as respetivas descrições.

Quando um ficheiro DWFx se refere a uma especialidade, deverá conter todas as folhas relativas às peças desenhadas dessa especialidade.

Todas as folhas contidas num ficheiro DWFx deverão ser criadas com o formato/escala igual ao de impressão. Por exemplo, um desenho que seria impresso em A1 deverá passar a DWFx com o mesmo formato/escala.

A unidade utilizada deve ser o metro, com precisão de duas casas decimais. O autor deverá configurar a impressão para que a componente vetorial do ficheiro tenha uma definição (DPI) suficiente para garantir esta precisão.

Todas as folhas criadas a partir de aplicações CAD deverão permitir a identificação e controle da visibilidade dos layers.

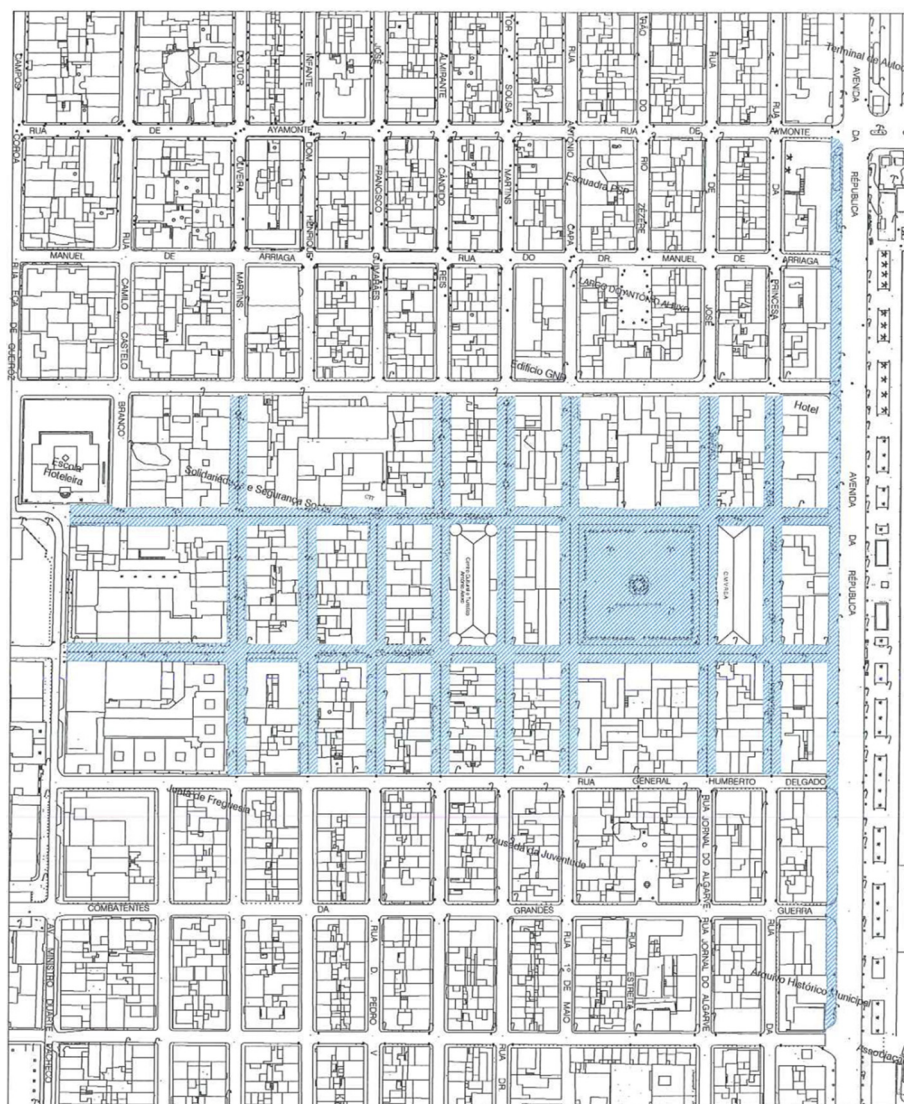
O nome dos ficheiros não é predeterminado, mas deverá permitir identificar inequivocamente o seu conteúdo.

A preparação dos ficheiros é da total responsabilidade de quem os cria e possui os originais digitais, sejam textos ou desenhos. A Câmara Municipal nunca fará qualquer alteração a esses ficheiros.

Nota importante: Os ficheiros apenas podem ser aceites se cumprirem todas as especificações indicadas, devendo ser recusados e substituídos caso não estejam conformes com o presente Regulamento Municipal.

ANEXO V

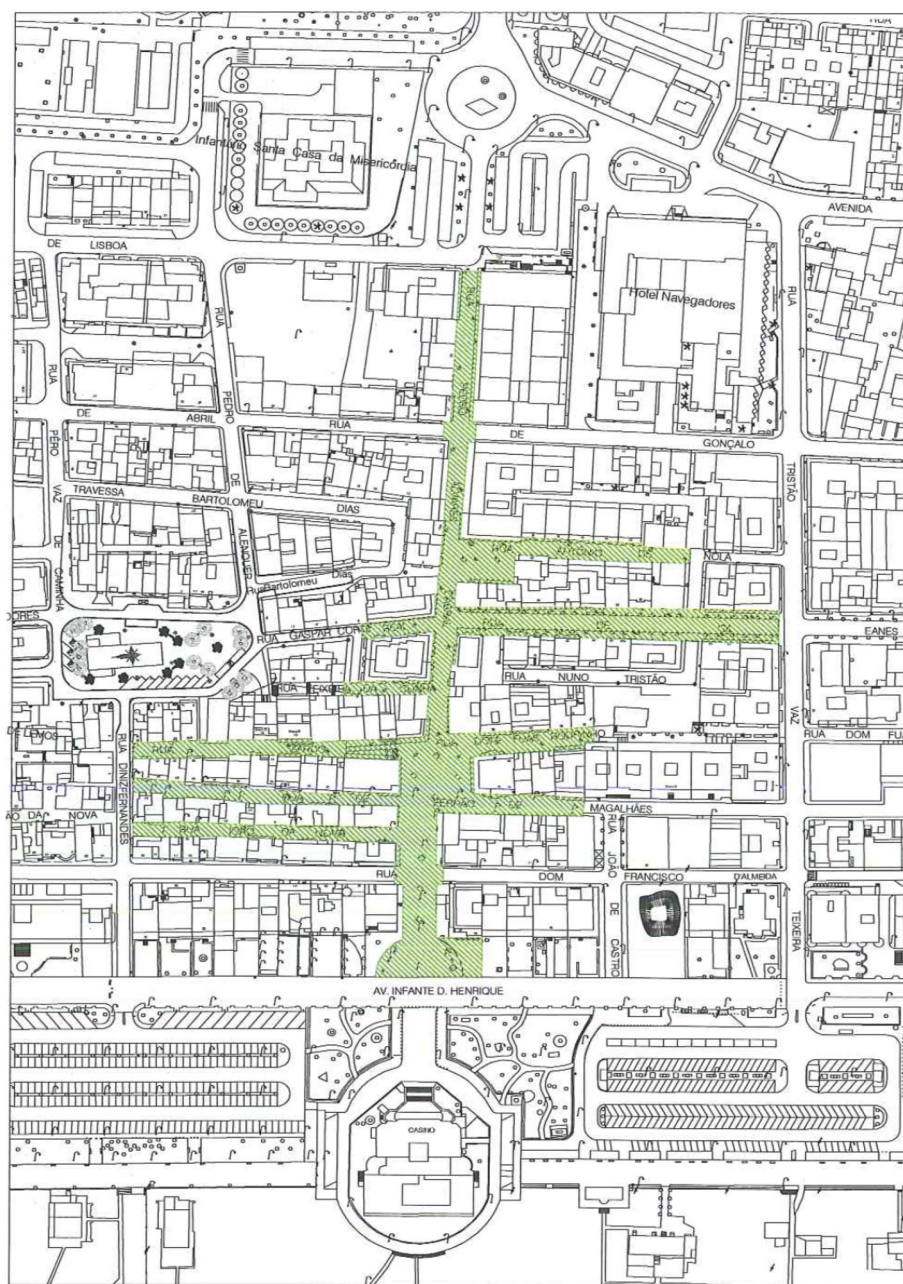
Zona A — Vila Real de Santo António



ZONA A - V. R. ST.º ANTÓNIO

ANEXO VI

Zona B — Monte Gordo



ZONA B - MONTE GORDO

ANEXO VII

Fundamentação Económico-Financeira para a Atualização e Determinação das Taxas Urbanísticas Municipais contantes do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação

Relatório final julho 2019

Introdução

A Lei n.º 53-E/2006, vem determinar que para a criação de uma taxa é necessária a existência de uma fundamentação económico-financeira do seu valor, suportada numa análise e ponderação

dos custos diretos e indiretos, nos encargos financeiros, nas amortizações dos equipamentos e nos investimentos futuros realizados ou a realizar pelas Câmaras Municipais.

Nesta concordância, deverá o valor das taxas praticado pelo Município ser fixado atendendo ao princípio da proporcionalidade, não devendo, por isso, este valor ultrapassar o custo real da atividade inerente à taxa cobrada.

Tendo em conta os princípios de defesa do interesse público em geral e não desvirtuando o princípio da proporcionalidade, pode o valor final das taxas a praticar, ser influenciado por critérios de incentivo/desincentivo à prática de determinados serviços, atos ou operações (artigo 4.º, n.º 2, da Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro).

Pressupostos

A) Na primeira fase deste estudo, foram, resumidamente, seguidos os seguintes procedimentos:

Obtenção de elementos financeiros (balancetes analíticos, balancetes de compromissos, desagregação das contas de custos, listagem dos serviços emissores de receita com as taxas e valores cobrados para os anos de 2016 a 2018, entre outros) e de elementos estatísticos para posterior análise e estudo comparativo;

Obtenção de todos os regulamentos existentes e em vigor no Município, com vista à sua harmonização, eliminação de alguns e introdução de outros, conforme necessidades específicas evidenciadas pelo Município e com o objetivo de se promover a atualização das tabelas de taxas e preços do município;

Reuniões com os responsáveis indicados pela condução deste estudo por parte do Município, com vista ao esclarecimento de questões de índole técnica levantadas pela lista de elementos solicitados na 1.ª fase dos trabalhos. Estas reuniões serviram, igualmente, para solicitar mapas de tempos de cada taxa e/ou processo nas diversas secções/divisões existentes do Município;

Com base nos elementos recolhidos, a orientação seguida no desenvolvimento do trabalho, teve por base as seguintes tabelas e regulamentos:

Tabela geral de taxas municipais;

Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

B) Após identificação das tabelas que iriam servir de base ao apuramento do valor final das taxas a cobrar, procedeu-se à seleção de critérios de identificação e imputação de custos, de acordo com a seguinte orientação:

Os custos foram identificados a partir do balancete patrimonial;

Foi solicitado à contabilidade que nos indicasse a percentagem a imputar de cada rubrica aos departamentos;

As contas de «Honorários» e de «Trabalhos Especializados» tiveram uma análise particular, dada a sua especificidade e influência nos custos, tendo a colaboração dos funcionários do departamento respetivo da Câmara Municipal. A identificação mais pormenorizada dos valores escriturados nestas rubricas foi feita no intuito de apurar os colaboradores e a secção/divisão/departamento a que estão diretamente afetos. Estes custos, após desagregação, foram imputados através do custo por minuto, critério utilizado também para os valores da conta 64, conforme descrito nos parágrafos seguintes.

Não foram considerados os seguintes custos/rubricas por se verificar que não estão direta e/ou indiretamente afetos às taxas objeto de análise:

- > Conta 63 — Impostos;
- > Conta 65 — Outros custos operacionais;
- > Conta 69 — Custos extraordinários.



Métodos de cálculo dos custos

Cálculo dos minutos trabalhados

No cálculo dos minutos trabalhados foram levados em conta os seguintes pressupostos:

52 Semanas;
25 Dias de férias;
10 Dias de feriados.

A obtenção dos minutos totais resultou da seguinte fórmula:

Minutos trabalhados = 52 semanas × 5 Dias × 7 Horas × 60 Minutos – (25 dias de férias +
+ 10 feriados) × 7 Horas × 60 Minutos = 94 500 minutos

Cálculo dos custos a imputar nas taxas gerais

FSE — Conversão em valor por minuto, dos custos apurados relativos aos fornecimentos e serviços externos e imputação dos mesmos a cada ato, com base no tempo despendido na execução do mesmo.

Custos com pessoal — Cálculo do preço por minuto para todas as divisões e departamentos e imputação direta consoante o tempo gasto em cada ato.

Custos financeiros — Utilizando o critério adotado para os Fornecimentos e Serviços Externos, procedeu-se à conversão em valor por minuto dos custos financeiros evidenciados nas demonstrações financeiras.

Imobilizado/amortizações — O valor das amortizações foi convertido em valor por minuto e imputado a cada ato, com base no tempo despendido na execução do mesmo.

Cálculo dos custos a imputar nas taxas urbanísticas

Decorrente da legislação específica referente às taxas urbanísticas (artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro), no cálculo do valor das licenças a cobrar, teve-se em atenção alguns critérios específicos, tais como a localização e a tipologia.

Tendo em conta estas especificações, a taxa urbanística será composta por uma ou várias parcelas, a saber:

Ato administrativo associado;
TRIU (Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas);
Taxa pela ausência de cedências ao Município (compensações);

Imputação no cálculo das taxas de carácter administrativo

FSE — Conversão em valor por minuto, dos custos apurados relativos aos fornecimentos e serviços externos e imputação dos mesmos a cada ato, com base no tempo despendido na execução do mesmo.

Custos com pessoal — Cálculo do preço por minuto para todas as divisões e departamentos e imputação direta consoante o tempo gasto em cada ato.

Imobilizado/amortizações — O valor das amortizações foi convertido em valor por minuto e imputado a cada ato, com base no tempo despendido na execução do mesmo.

Incentivos e desincentivos

Nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro respeitando o princípio da proporcionalidade estão previstos e são aplicados critérios de incentivo e de desincentivos à prática de certos atos ou operações.



Incentivo

Código	%
I 01	10 %
I 02	15 %
I 03	20 %
I 04	25 %
I 05	30 %
I 06	35 %
I 07	40 %
I 08	45 %
I 09	50 %
I 10	55 %
I 11	60 %
I 12	65 %
I 13	70 %
I 14	75 %
I 15	80 %
I 16	85 %
I 17	90 %
I 18	92 %
I 19	95 %
I 20	97 %

Desincentivo

Código	%
D 01	10 %
D 02	20 %
D 03	30 %
D 04	40 %
D 05	50 %
D 06	100 %
D 07	150 %
D 08	200 %
D 09	250 %
D 10	300 %
D 11	350 %
D 12	400 %
D 13	450 %
D 14	500 %
D 15	600 %
D 16	700 %
D 17	800 %
D 18	900 %
D 19	1000 %
D 20	2000 %

Imputação no cálculo da Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas (TRIU)

A taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, corresponde à contrapartida pelo investimento municipal na realização e manutenção das infraestruturas gerais e equipamentos, e é fixada em função do montante previsto no programa plurianual de investimentos municipais, tendo ainda em conta a utilização e a tipologia das edificações, sua localização em áreas geográficas diferenciadas, em função da área a construir, de acordo com a fórmula seguinte:

$$TRIU = M1 \times K1 \times K2 \times K3$$

- a) *TRI*U — Valor da taxa devida ao Município (em euros) pelo investimento municipal na realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas;
- b) *M*1 — Área de construção nova ou ampliada (em metros quadrados);
- c) *K*1 — Valor da *TRI*U por metro quadrado, calculado com base no programa plurianual de investimentos municipais, de acordo com a seguinte fórmula:

$$K1 = (\beta1/\beta2) \times \beta3$$

c1) $\beta1$ — Corresponde ao valor da amortização anual do investimento municipal na realização, reforço e manutenção de infraestruturas; o cálculo deste valor baseou-se no *PPI* realizado no ano mais coerente com a realidade do Município e num prazo médio de vida útil dos investimentos municipais realizados nesse ano (*PPI*/anos vida útil);

c2) $\beta2$ — Área total de construção nova ou ampliação (em metros quadrados) realizado no ano mais coerente com a realidade do Município do estudo, tendo em conta uma taxa de crescimento prevista do mesmo, para os anos subsequentes [$M^2 \times (1 + \text{taxa crescimento})$];

c3) $\beta3$ — Corresponde a seguinte ponderação:

$$PPI/(PPI + IMI + IMT)$$

d) *K*2 — Coeficiente correspondente às áreas geográficas distintas do Município e assume os valores constantes no Quadro I do Mapa de cálculo da *TRI*U;

e) *K*3 — Coeficiente que permite diferenciar os vários tipos de edificação segundo critérios previamente estabelecidos, assumindo os valores constantes no Quadro II do Mapa de cálculo da *TRI*U.

Os coeficientes constantes nos dois quadros acima referidos foram previamente propostos ao município, tendo por base pressupostos teóricos.

Após uma análise cuidada dos quadros em questão, por parte dos serviços competentes do Município, serão adotados os coeficientes indicados pelos mesmos.

Imputação no cálculo da taxa pela ausência de cedências ao município (compensações)

O valor, em numerário, da compensação a pagar ao município será determinado de modo distinto consoante as áreas não cedidas se destinem os espaços verdes ou a equipamento de utilização coletiva, de acordo com as fórmulas seguintes:

$$C = X \times Y \times K1$$

$$B = X \times Y \times K2]$$

em que:

C — Corresponde ao valor do montante total da compensação devida ao município pela ausência de cedências para espaços verdes e de utilização coletiva;

B — Corresponde ao valor do montante total da compensação devida ao município pela ausência de cedências para equipamento de utilização coletiva;

X — Corresponde a 25 % do valor do montante fixado anualmente em janeiro, pela portaria a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de abril;

Y — Corresponde ao valor, em metros quadrados, da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas para espaços verdes e de utilização coletiva ou de equipamentos de utilização coletiva, de acordo com o disposto no respetivo plano municipal de ordenamento do território ou na portaria subsidiariamente aplicável;

*K*1 — Corresponde ao fator variável em função da localização, consoante a zona em que se insere de acordo com o definido no Regulamento do Plano Diretor Municipal, da compensação devida ao município pela ausência de cedências para espaços verdes e de utilização coletiva;



K2 — Corresponde ao fator variável em função da localização, consoante a zona em que se insere de acordo com o definido no Regulamento do Plano Diretor Municipal, da compensação devida ao município pela ausência de cedências para equipamento de utilização coletiva.

Os fatores variáveis K1 e K2, assumem os seguintes valores:

	K1	K2
i) Zona de habitação consolidada	0,7	1,4
ii) Zona de habitação a integrar H1	0,05	0,1
iii) Zona de habitação expansão H1	0,05	0,1
iv) Zona de habitação a integrar H2	0,65	1,3
v) Zona de habitação de expansão H2	0,65	1,3
vi) Zona de habitação a integrar H3	0,7	1,4
vii) Zona de habitação de expansão H3	0,7	1,4
viii) Zona turística de expansão	0,65	1,3
ix) Núcleos de Desenvolvimento Turístico	0,65	1,3
x) Restantes áreas do PDM	0,65	1,3

Taxas para o alojamento local

As taxas a aplicar à comunicação prévia e à vistoria segue as especificações aplicáveis no cálculo das taxas de carácter administrativo no âmbito da taxa urbanística, quanto ao custo do fornecimento da placa identificativa do estabelecimento de alojamento local por parte do Município, está associado o custo direto incorrido com a aquisição da placa, os custos com pessoal e custos indiretos associados.

Verificação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas

Visa Incentivar a reabilitação, regeneração, recuperação, beneficiação e conservação do edificado existente, designadamente daquele que se encontra situado nos centros históricos urbanos ou em áreas de reabilitação urbana, bem como a conclusão de obras inacabadas, como forma de impulsionar a reabilitação e regeneração urbana, e, por essa via, resgatar e melhorar a qualidade de vida das populações no meio urbano e aglomerados populacionais dispersos.

As taxas a aplicar, tem por base o valor da UC (unidade de conta) prevista no n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, sendo o valor da UC atualizado anualmente pela Lei do Orçamento de Estado.

Taxas para o licenciamento de armazenamento de combustíveis

Ao licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro, serão aplicadas:

a) As taxas conforme disposto no n.º 6 do artigo 13.º e no n.º 3 do artigo 14.º do referido diploma, relativamente à definição dos montantes de seguro de responsabilidade civil a apresentar pelos projetistas, empreiteiros, responsáveis pela execução dos projetos e titulares da licença de exploração;

b) As taxas a todos os atos decorrentes do licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis, conforme aprovado por reunião de câmara de 19 de agosto de 2003, com as respetivas atualizações com base na taxa de inflação, aprovadas nos orçamentos anuais do Município.

Sistema de indústria responsável

As taxas devidas por procedimentos diversos enquadrados no Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01 de agosto, alterado e republicado pelo

Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, são apuradas com base num fator de dimensão (relacionado com a dimensão do estabelecimento industrial a instalar) e num fator de serviço (que representa os custos técnicos, administrativos e de decisão), sobre uma taxa base.

No termos do Sistema da Indústria Responsável (SIR), a portaria n.º 279/2015, de 14 de setembro, identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios a apresentar pelo interessado nos procedimentos com vistoria prévia, sem vistoria prévia e de mera comunicação prévia aplicáveis, respetivamente, à instalação e exploração de estabelecimentos industriais dos tipos 1, 2 e 3, e à alteração de estabelecimentos industriais. O Município de Vila Real de Santo António é a entidade coordenadora nos pedidos de exploração de estabelecimento industrial de tipo 3.

No âmbito do Sistema da Indústria Responsável (SIR), a forma de cálculo, distribuição, modo de pagamento e termos do respetivo agravamento ou redução das taxas e outras despesas devidas pelo requerente nos procedimentos em que intervenham a administração central ou entidades gestoras de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER), encontra-se definida na Portaria n.º 280/2015 de 15 de setembro. No n.º 3 do artigo 2.º da referida portaria, a taxa (*TSir*) é calculada, no que respeita aos estabelecimentos industriais, pela aplicação de fatores multiplicativos, de valor variável em função da dimensão do estabelecimento (*Fd*) e complexidade relativa do procedimento associado (*Fs*), sobre uma taxa base (*Tb*), de acordo com a seguinte fórmula:

$$TSIR = TB \times FD \times FS$$

Tabelas exemplificativas de apoio aos cálculos

Com o propósito de exemplificar os diversos capítulos das tabelas de taxas apresentadas, foram elaboradas algumas tabelas a partir da informação disponibilizada pelo Município de forma a obter-se valores médios, que pudessem ser utilizados como base para os quadros subsequentes.

Os mesmos contêm atos retirados da proposta por nós apresentada de forma a uniformizar as nomenclaturas, sem retirar a subjetividade dos mesmos.

Custos diretos afetos

Divisões/Núcleos	C. pessoal	Fornecimentos e serviços externos
Presidente	0,2590	
Gabinete de Apoio ao Executivo	0,1287	0,0397
Serviço Médico Veterinário	0,2185	
Expediente (Gabinete de expediente, arquivo e informática)	0,0962	
DGAF — Núcleo de taxas e licenças	0,1565	
DGAF	0,3109	
DGAF — Núcleo de tesouraria	0,2262	
DAE — Núcleo do Parque de Campismo	0,1868	0,0327
DAE — Núcleo de mercados e feiras	0,2020	0,0375
DAE — Núcleo do cemitério	0,1964	0,0336
DAS — Núcleo de Gestão de Espaços Sociais	0,0850	
DDS — Núcleo de gestão dos espaços desportivos	0,2665	
DUEP (Núcleo de Gestão Urbana, Projetos estruturantes e Fiscalização)	0,2749	0,1507
DEJ — Núcleo dos Espaços Internet e UTL	0,0887	
DCPH — Núcleo da Biblioteca e Arquivo histórico	0,1160	
DCPH — Núcleo de gestão dos espaços culturais	0,0858	
DASU — Núcleo dos espaços verdes	0,1435	0,0106
DASU — Núcleo de serviços gerais	0,0531	0,0010
DASU — Núcleo de limpeza urbana e RSU's	0,1394	0,0761
Unidade Território — SGU	0,2638	

Custos indiretos afetos

Divisões/Núcleos	Fornecimentos e serviços externos
Presidente	0,0751
Gabinete Apoio Executivo	0,0751



Divisões/Núcleos	Fornecimentos e serviços externos
Serviço Médico Veterinário	0,0751
Gabinete de expediente arquivo e informática	0,0751
DGAF	0,0123
DAE	0,0273
DAS	0,0033
DDS	0,0003
DUEP	0,1646
DEJ	0,0004
DCPH	0,0027
DASU	0,0091
DJRH	0,0003
DGCD	0,0006

Os valores acima apresentados representam as principais divisões do Município envolvidos no presente estudo.

Taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas (TRIU)

O cálculo médio do valor do metro quadrado da TRIU é de € 13,83

12 687 962,23	Valor do PPI
7 240 118,43	Receita IMI
2 383 826,11	Receita IMT
30	Anos de Amortização
10,00 %	Coeficiente de Desenvolvimento (= a taxa de crescimento)
15.814,46	M ² edificadas no ano
13,83	Valor do TRIU unit. ⁽³⁾

⁽³⁾ $((\text{valor do PPI}/\text{Anos de Amort.})/(\text{M}^2 \text{ edificadas no ano } (1 + \text{Coef. Desenv.}))) * (\text{valor do PPI}/(\text{valor do PPI} + \text{receita IMI} + \text{receita IMT}))$



Tabela de taxas urbanísticas

Tabela de tempos — minutos despendidos pela emissão de taxas e preços

Art.	Ponto/ Alínea	Descrição	Núcleo de taxas e licenças	Tesouraria	DUEP (inclui DGU e Fiscalização)	Presidente	Gabinetes Apoio Executivo	Unidade Território SGU	Total de tempos
1	.º	Taxas urbanísticas							
		CAPÍTULO I							
		Taxas pela apreciação de pedidos							
		Taxa devida pela apreciação de pedidos:							
		1.1 — Operações de loteamento com discussão pública		2,5	425	10		30	467,5
		1.2 — Operações de loteamento sem discussão pública		2,5	350	10		40	402,5
		1.3 — Obras de edificação e de alteração:							
		1.3.1 — Obras de edificação		5	55	5			65
		1.3.2 — Obras de alteração/Instalação (BdE)		5	55	5			65
		1.3.3 — Projeto de alteração/Telas finais		5	55	5			65
		1.3.4 — Obras de construção, reconstrução ou modificação de muros de suporte ou de vedação		5	55	5			65
		1.4 — Obras de demolição		5	120	5			130
		1.5 — Obras de urbanização		5	150	5			160
		1.6 — Operações de destaque		5	50	5			60
		1.7 — Trabalhos de remodelação dos terrenos:							
		1.7.1 — Área até 5.000 m ²	15	5	100	10			130
		1.7.2 — Área entre 5.000 m ² e 50.000 m ²	15	5	160	10			190
		1.7.3 — Área superior a 50.000 m ²	15	5	200	10			230
		1.8 — Constituição e alteração de propriedade horizontal	15	5	90	15			125
		1.9 — Utilização de edifícios ou das suas frações:							
		1.9.1 — Utilização de edifícios ou das suas frações	15	5	90	5			115
		1.9.2 — Utilização de edifícios ou das suas frações (BdE)	15	5	90	5			115
		1.10 — Alterações à utilização de edifícios ou das suas frações:							
		1.10.1 — Alteração à utilização de edifícios ou das suas frações	15	5	90	5			115
		1.10.2 — Alteração à utilização de edifícios ou das suas frações (BdE)	15	5	70	5			95
		1.11 — Autorização de localização	15	5	60	5			85
		1.12 — Prorrogações de prazo	15	5	60	5			85
		1.13 — Prestação de caução	15	5	60	5			85
		1.14 — Receção provisória ou definitiva de obras de urbanização	15	5	160	5			185
		1.15 — Classificação de empreendimentos turísticos	15	5	60	5			85
		1.16 — Pedidos para licença especial de ruído para obras de construção civil	15	5	60	5			85
		1.17 — Registo do alojamento local:							
		1.17.1 — Mera Comunicação prévia para Registo do Alojamento Local	5	5	30	5			45



Art.	Ponto/ Alínea	Descrição	Núcleo de taxas e licenças	Tesouraria	DUEP (inclui DGU e Fiscalização)	Presidente	Gabinetes Apoio Executivo	Unidade Território SGU	Total de tempos
		1.17.2 — Mera Comunicação prévia para Registo do Alojamento Local (BDE)	5	5	20	5			35
		1.17.3 — Realização de vistoria.	5	5	60	5			75
		Nota. — Em situações que se verifique a deslocação dos técnicos para a vistoria e a mesma não se realize por motivos imputáveis ao requerente, a remarcação de vistoria implicará o pagamento de 50 % do valor da taxa de vistoria.							
		1.17.4 — Fornecimento de Placa identificativa	15	5	30	5			55
		1.18 — Instalação de estabelecimentos de comércio, serviços e restauração:							
		1.18.1 — Mera comunicação prévia (MCP)	5	5	30	5			45
		1.19 — Alteração significativa e alteração de titularidade a estabelecimentos de comércio, serviços e restauração:							
		1.19.1 — Mera comunicação prévia (MCP)	15	5	40	5			65
		Nota. — Comunicação de encerramento encontra-se isenta de taxa (artigo 11.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro).							
		1.20 — Averbamentos no âmbito do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação:							
		1.20.1 — Averbamentos.	15	5	50	5			75
		1.20.2 — Averbamentos (BdE).	15	5	40	5			65
		1.21 — Vistorias:							
		1.21.1 — Vistoria para efeitos de receção provisória de obras de urbanização	15	5	150	5			175
		1.21.2 — Vistoria para efeitos de receção definitiva de obras de urbanização	15	5	150	5			175
		1.21.3 — Vistoria para efeitos de emissão de alvará de autorização de utilização	15	5	90	5			115
		1.21.4 — Vistoria para efeitos de verificação das condições de conservação, segurança e salubridade.	15	5	90	5			115
		1.21.5 — Vistoria solicitada por entidade externa	15	5	90	5			115
		Nota. — A taxa prevista na verba 1.21.6 a imputar ao requerente.							
		1.21.6 — Pedido e realização de vistoria para reforço, redução ou cancelamento de caução de obras de urbanização	15	5	90	5			115
		1.21.7 — Outras vistorias não contempladas.	15	5	75	5			100
		1.22 — Depósito da ficha técnica de habitação	15	5	60	5			85
		1.23 — Informações escritas em matéria de urbanização e edificação:							
		1.23.1 — Informações prévias	15	5	60	5			85
		1.23.2 — Direito à informação escrita	15	5	60	5			85
		1.24 — Avaliação de obras inacabadas.	15	5	60	5			85
		1.25 — Operações e outros pedidos não previstos nos números anteriores	15	5	60	5			85
		1.26 — Parte variável a acrescer à taxas prevista em 1.1. e 1.2:							
		1.26.1 — Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a habitação, comércio, serviços, armazenagem e turismo.			5				5
		1.26.2 — Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a outro uso que não habitação (tais como: anexos contíguos ou não ao edifício principal, garagens, caves, arrumos e/ou arrecadações, áreas técnicas, piscinas e sótãos).			5				5



Art.	Ponto/ Alínea	Descrição	Núcleo de taxas e licenças	Tesouraria	DUEP (inclui DGU e Fiscalização)	Presidente	Gabinetes Apoio Executivo	Unidade Território SGU	Total de tempos
2	.º	1.27 — Parte variável a acrescentar às taxas previstas de 1.3. e 1.4.:							
		1.27.1 — Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a habitação, comércio, serviços, armazenagem e turismo.			5				5
		1.27.2 — Por área bruta de construção, reconstrução, ampliação de edificações afetas a outro uso que não habitação (tais como: anexos contíguos ou não ao edifício principal, garagens, caves, arrumos e/ou arrecadações, áreas técnicas, piscinas e sótãos).			5				5
		1.27.3 — Por área bruta a demolir.			5				5
		1.27.4 — Por metro linear ou fração, de construção, reconstrução ou modificação de muros de suporte ou de vedação.			5				5
		1.28 — Pedido de ocupação de via pública.	15	5	90	5			115
		1.29 — Taxa para Levantamentos Topográficos no âmbito dos alinhamentos.	15	5	80				100
		<i>Nota.</i> — As taxas devidas pela apreciação dos pedidos, quando expressamente requeridas com urgência e disponibilizadas ao interessado no prazo máximo de dois dias, contados da data do pedido, são elevadas ao triplo.							
		CAPÍTULO II							
		Taxas pelo deferimento de pedidos							
		Taxa devida pelo deferimento:							
		2.1 — Emissão de autos, alvarás, recibos de admissão de comunicação prévia, emissão de licença especial de ruído e certidões em matéria de urbanização e edificação:							
		2.1.1 — Alvarás.		5	60	5			70
		2.1.2 — Admissão de Comunicação Prévia.		5	60	5			70
		2.1.3 — Licenças.		5	60	5			70
		2.1.4 — Emissão da autorização de utilização e de alteração de autorização de utilização.		5	60	5			70
		2.1.5 — Emissão da autorização de utilização com doação para domínio público.		5	60	5			70
		2.1.6 — Emissão de Autos.		5	60	5			70
		2.1.7 — Emissão de Certidões em matéria de urbanização e edificação.	30	5		2			37
		2.1.8 — Emissão de licença especial de ruído para obras de construção civil.		5	50	5			60
		2.1.9 — Emissão de outros documentos em matéria de urbanização e edificação.		5	60	5			70
		<i>Nota.</i> — As taxas devidas com o deferimento dos pedidos relacionados com a emissão ou autenticação de quaisquer documentos, nomeadamente emissão de autos, alvarás, recibos de admissão de comunicação prévia, emissão de licença especial de ruído, certidões e outros títulos em matéria de urbanização e edificação, quando expressamente requeridas com urgência e disponibilizadas ao interessado no prazo máximo de dois dias contados da data do pedido são elevadas ao triplo.							
		2.2 — Parte variável a acrescentar à taxa prevista no 2.1:							
		2.2.1 — Por dia, em função do prazo fixado para a execução das obras de edificação, previstas em 2.1.1, 2.1.2 e em 2.1.3.			2				2



Art.	Ponto/ Alínea	Descrição	Núcleo de taxas e licenças	Tesouraria	DUEP (inclui DGU e Fiscalização)	Presidente	Gabinetes Apoio Executivo	Unidade Território SGU	Total de tempos
		2.2.2 — Acresce em documentos compostos por mais do que uma página na certidão prevista em 2.1.7		1					1
		2.2.3 — Acresce por dia, por emissão de licença prevista em 2.1.7		5	5				10
		2.3 — Horário de funcionamento de estabelecimentos e serviços:							
		2.3.1 — Pela apreciação do pedido de alargamento do horário de funcionamento, para além dos limites fixados no regulamento municipal		5	10	5			20
		2.3.2 — Pela autorização do alargamento do horário de funcionamento, para além dos limites fixados no regulamento municipal		5	10	5			20
		2.4 — Fornecimento de fotocópias de processos urbanísticos, de cartografia ou de plantas topográficas:							
		2.4.1 — Peças desenhadas dos processos, cada folha:							
		a) Formato A4		2,5	2,5				5
		b) Formato A3		2,5	2,5				5
		c) Formato A2 ou superior		2,5	2,5				5
		2.4.2 — Plantas de localização:							
		a) Formato A4, por cada		2,5	2,5				5
		b) Formato A3		2,5	2,5				5
		2.4.3 — Autenticação, cada folha:							
		a) Formato A4		2,5	2,5				5
		b) Formato A3 ou superior		2,5	2,5				5
		2.4.4 — Cartas de PDM (ordenamento, condicionantes), incluindo cartas da RAN e REN, cada folha:							
		a) Formato A3		2,5	2,5				5
		b) Formato A2 ou superior		2,5	2,5				5
		2.4.5 — Regulamentos de planos especiais, de planos de pormenor, de planos de urbanização, de alvarás de loteamento e PDM, formato A4 por cada folha		2,5	2,5				5
		2.4.6 — Planta referente a planos especiais, planos de pormenor, planos de urbanização e alvarás de loteamento:							
		a) Formato A4		2,5	2,5				5
		b) Formato A3		2,5	2,5				5
		c) Formato A2 ou superior		2,5	2,5				5



Art.	Ponto/ Alínea	Descrição	Núcleo de taxas e licenças	Tesouraria	DUEP (inclui DGU e Fiscalização)	Presidente	Gabinetes Apoio Executivo	Unidade Território SGU	Total de tempos		
3	.º	2.4.7 — Fornecimento de cartografia Digital:									
		2.4.7.1 — Em CD:									
		a) Menos 500 Kb.		2,5	5				7,5		
		b) De 500 Kb a 2000 Kb		2,5	5				7,5		
		c) Mais de 2000 Kb.		2,5	5				7,5		
		2.4.7.2 — Noutro Dispositivo:									
		a) Menos 500 Kb.		2,5	5				7,5		
		b) De 500 Kb a 2000 Kb		2,5	5				7,5		
		c) Mais de 2000 Kb.		2,5	5				7,5		
		2.5 — Ocupação da via pública em virtude da execução de obras:									
		2.5.1 — Emissão de licenças para ocupação da via pública:									
		2.5.1.1 — Com tapumes ou outros resguardos:									
		a) Tapumes e outros resguardos por área ocupada — por m²/mês ou fração.		5	35				40		
		2.5.1.2 — Com andaimes fora dos tapumes, por m² ou fração e espaço público ocupado, por período de mês ou fração.		5	35				40		
		2.5.1.3 — Com contentores de recolha de entulhos, por contentor e por m² ou fração, por período de um mês ou fração		5	35				40		
		2.5.1.4 — Gruas, amassadouros, depósitos de entulhos, materiais ou outras ocupações autorizadas para obras, por cada um, por m² ou fração, por período de um mês ou fração		5	35				40		
		2.5.1.5 — Guindastes e semelhantes, por m² ou fração, por período de um mês ou fração.		5	35				40		
		2.5.1.6 — Outras ocupações, por m² ou fração, por período de um mês ou fração		5	35				40		
		2.6 — Desafetação de domínio público:									
		2.6.1 — Taxa de desafetação de domínio público para alinhamentos.		5	10	5	150		170		
		2.7 — Realização de infraestruturas urbanísticas							Anexo I-A		
		2.8 — Compensações Urbanísticas.							Anexo I-B		
		CAPÍTULO III									
		Verificação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas									
		3.1 — Determinação do nível de conservação de prédio urbano ou fração autónoma — 1 UC (unidade de conta).									
		3.2 — Definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior — 50 % de 1 UC.									
		3.3 — Submissão de litígio a decisão da comissão arbitral municipal — 50 % de 1 UC por cada parte litigiosa.									



Art.	Ponto/ Alínea	Descrição	Núcleo de taxas e licenças	Tesouraria	DUEP (inclui DGU e Fiscalização)	Presidente	Gabinetes Apoio Executivo	Unidade Território SGU	Total de tempos
4	.º	3.4 — As taxas previstas nos n.º 1 e 2 do presente artigo são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira. (UC) prevista no n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, e atualizado anualmente pela Lei do Orçamento de Estado.							Tabela B Anexo III
		<p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV</p> <p>Licenciamento de instalações de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis</p> <p>4.1 — Taxas para o Licenciamento de Armazenamento de Combustíveis.</p> <p>4.2 — Taxa de apreciação de pedidos de autorização para execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição de gás, objeto do Decreto-Lei n.º 125/97 de 23/05, quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m³.</p> <p>4.3 — Pela emissão do alvará de autorização de utilização.</p> <p>4.4 — Pela emissão de licença de exploração provisória.</p>							
5	.º	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO V</p> <p>Sistema Industria Responsável</p> <p>Sistema da indústria responsável — taxas e despesas de controlo.</p> <p>As taxas devidas por procedimentos diversos enquadrados no Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, são apuradas com base num fator de dimensão (relacionado com a dimensão do estabelecimento industrial a instalar) e num fator de serviço (que representa os custos técnicos, administrativos e de decisão), sobre uma taxa base, de acordo com a fórmula de cálculo definida na portaria 280/2015 de 15 de setembro:</p> <p style="text-align: center;"><i>Tsir</i> = <i>Tb</i> × <i>Fs</i> × <i>Fd</i></p> <p>em que:</p> <p><i>Tsir</i> = Taxa base (<i>Tb</i>) — conforme artigo 2.º, n.º 5 da Portaria n.º 280/2015, de 15 de setembro (a taxa base é atualizada a 1 de março de cada ano);</p> <p><i>Fs</i> = Fator de serviço;</p> <p><i>Fd</i> = Fator de dimensão.</p> <p>Nota explicativa: Para efeitos de determinação do fator de dimensão (<i>Fd</i>), o estabelecimento industrial insere-se no escalão mais elevado a que corresponder o enquadramento de, pelo menos um, dos parâmetros dimensionais.</p>							



Art.	Ponto/ Alínea	Descrição	Núcleo de taxas e licenças	Tesouraria	DUEP (inclui DGU e Fiscalização)	Presidente	Gabinetes Apoio Executivo	Unidade Território SGU	Total de tempos
6	1.	Instalação, alterações e renovações — estabelecimento industriais Tipo 3 (no âmbito n.º 279/2015 de 14 de setembro):							
	a)	Mera comunicação prévia de instalação		5	120				125
	b)	Mera comunicação prévia de alterações (incluindo pedidos de exclusão)		5	120				125
	c)	Pedido de renovação (sem alterações)		5	80				85
	2.	Vistorias:							
	a)	Vistorias de controlo para verificação do cumprimento das medidas impostas nas decisões proferidas sobre as reclamações e os recursos hierárquicos.		5	120				125
	b)	Vistorias de conformidade ao industrial		5	120				125
	c)	Cessação das medidas cautelares		5	120				125
	d)	Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos		5	60				65
	e)	Vistorias para verificação do cumprimento das medidas impostas aquando da desativação definitiva do estabelecimento industrial.		5	150				155
	3.	Às taxas elencadas nas várias alíneas do n.º 1 e n.º 2 do presente artigo 5.º, deve acrescer o valor aqui previsto, sempre que o acesso do requerente ao «Balcão do Empreendedor» seja mediado		5	10				15
		CAPÍTULO VI							
		Autorização para instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações e acessórios							
	6.1	— Apreciação de pedido de autorização	10	5	220	5			240
	6.2	— Apreciação de pedido de alteração de autorização de instalação, por cada	10	5	220	5			240
	6.3	— Instrução do procedimento com elementos em falta, por cada junção de elementos. . . .	10	5	20	5			40
	6.4	— Emissão de alvará de autorização de instalação.	10	5	120	5			140
	6.5	— Pedido de renovação de autorização de instalação	10	5	140	5			160
	6.6	— Pedido de averbamento.	10	5	60	5			80



Tabela de taxas urbanísticas

Exemplificação:

Ponto	Al	Designação	Custos			Variáveis		Ocup. domínio público	Taxa urbanística
			Diretos	Pessoal	Indiretos	Incentivo	Desincentivo		
1	.º	RMUE							
		TÍTULO I							
		Taxas urbanísticas							
		CAPÍTULO I							
		Taxas pela apreciação de pedidos							
		Taxa devida pela apreciação de pedidos:							
		1.1 — Operações de loteamento com discussão pública	292,58	127,92	329,51				750,00
		1.2 — Operações de loteamento sem discussão pública	249,50	109,93	240,57				600,00
		1.3 — Obras de edificação e de alteração:							
		1.3.1 — Obras de edificação	40,06	17,55	117,39				175,00
		1.3.2 — Obras de alteração/Instalação (BdE)	40,06	17,55	117,39				175,00
		1.3.3 — Projeto de alteração/Telas finais	40,06	17,55	117,39				175,00
		1.3.4 — Obras de construção, reconstrução ou modificação de muros de suporte ou de vedação	40,06	17,55	117,39				175,00
		1.4 — Obras de demolição	81,63	35,42	352,95				470,00
		1.5 — Obras de urbanização	100,82	43,67	715,51				860,00
		1.6 — Operações de destaque	36,86	16,17	197,96				251,00

Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas (TRIU)

Pressupostos		Variáveis	
Tipologia	Habituação	Quadros	Habituação
M ² a Licenciar	200	Quadro I — Área Consolidada	80,00 %
TRIU M ²	13,83	Quadro II — Moradia	100,00 %

Na situação anteriormente apresentada, o valor devido pela Taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas (TRIU), para uma edificação destas características será de € 2.212,80.

Este montante resulta da aplicação dos pressupostos apresentados nos Quadros de aplicação da TRIU.

$$TRIU = M1 \times K1 \times K2 \times K3$$

$$TRIU = 200 \times 13,83 \times 80,00 \% \times 100,00 \% = € 2.212,80$$

Conclusão

O regulamento que atualmente se encontra em vigor foi objeto de análise e discussão com os serviços da Câmara Municipal, tendo sido obtida a concordância dos responsáveis do projeto por parte de cada município.

Procurou-se, com este procedimento, criar dois regulamentos (vide Anexo — Regulamentos), não só que reunisse todas as situações taxáveis, mas que também correspondesse às necessidades da própria Câmara Municipal, em termos financeiros, sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental.

Já na obtenção dos diversos custos a imputar a cada uma das taxas, foram sentidas algumas dificuldades, essencialmente, devido ao fraco desenvolvimento da contabilidade analítica. Também por este motivo, demos particular atenção aos critérios de imputação de custos (diretos e indiretos) pelas várias taxas e licenças municipais.

Deste modo, com a tarefa de imputação de custos concluída e com a apresentação dos primeiros valores finais ao Município, que os validaram, procedeu-se à elaboração dos regulamentos finais na sua vertente jurídica e consequente justificação do valor das taxas a cobrar, através das respetivas tabelas, fazendo ambos os documentos parte integrante deste relatório, que juntamente se anexa.

312535539